

9ª Reunião Plenária da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto - 17 de junho de 2019

Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas onze horas, no Auditório do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, sito na Rua Álvaro Coutinho, n.º 14 em Lisboa, reuniu, em Assembleia Plenária, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, adiante designada por CICDR.

Excecionalmente, esta reunião contou com um primeiro momento dedicado à “Reunião da CICCCR com a Exma. Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva”, com a duração de uma hora, após o que se seguiram os trabalhos regulares do plenário, sob reserva, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- i. Aprovação da ordem de trabalhos;
- ii. Tomada de posse;
- iii. Aprovação da Ata da última reunião;
- iv. Apresentação "As Políticas Públicas para a promoção da igualdade e combate à discriminação racial e étnica, na área da Educação";
- v. Pausa para almoço
- vi. Apresentação e discussão das queixas de 2019;
- vii. Casos paradigmáticos;
- viii. Outros assuntos de interesse relevante;
- ix. Final dos trabalhos.

Presidiu à reunião o Senhor Alto-Comissário para as Migrações e Presidente da CICDR, Dr. **Pedro Calado**, adiante designado por Presidente.

Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as: **Emília Cerqueira**, representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PPD-PSD), **Vivina Nunes**, representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PCP), **Maria Dulce Arrojado**, representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PEV), **Miguel Barros**, representante do Ministério da Administração Interna, **Paula Moura**, representante da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, **Pedro Abrantes**, representante do Ministério da Educação, **Inocência Mata**, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, **Nelson Felgueiras**, representante do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, **Miriam Gonzaga**, representante do Ministério da Saúde,

Lisete Rodrigues, representante do Ministério da Cultura, **Paulo Fontes**, representante do Governo Regional dos Açores, **Mariana Bettencourt**, representante do Governo Regional da Madeira, **Flávio Almada**, representante das Associações de Imigrantes (Associação Cultural Moinho da Juventude), **José Falcão**, representante das Associações Antirracistas (SOS Racismo), **Mónica Frechaut**, em substituição de Mónica Farinha, representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (CPR), **Pedro Neto**, representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (Amnistia Internacional – Portugal), **Olga Mariano**, representante das Comunidades Ciganas, **Manuel Correia**, em substituição de Carlos Trindade, representante das Centrais Sindicais (CGTP-IN), **Ana Paula Viseu**, em substituição de José Manuel Cordeiro, representante das Centrais Sindicais (UGT), **Helena Leal**, representante das Associações Patronais (CCP), **Sara Rego**, representante das Associações Patronais (CIP) e **Manuel Macaísta Malheiros**, personalidade de reconhecido mérito cooptada pelos restantes membros da CICDR.

A Conselheira **Sofia de Assis Pacheco**, representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República – CDS-PP, esteve presente no primeiro momento da reunião da CICDR com a Exma. Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva, tendo-se ausentado na reunião plenária, por incompatibilidade de agenda profissional previamente comunicada.

Por razões do foro profissional ou pessoal não puderam comparecer na reunião, os/as seguintes Conselheiros/as: Elza Pais (representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República – PS), Mamadou Ba (representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República – BE), Inês Ferreira Leite (representante do Ministério da Justiça), Maria Assunção Fernandes (representante das Associações de Imigrantes – Associação de Solidariedade Social Assomada), João Silva (representante das Associações Antirracistas – Olho Vivo), Maria José Casa-Nova e Johnson Semedo (personalidades de reconhecido mérito cooptadas pelos restantes membros da CICDR).

Acompanhou ainda a sessão a Equipa Técnica que assegura o Secretariado da reunião e da própria CICDR, coordenada por Cátia Almeida, estando também presentes Diana Fernandes, Inês Farinha, Laura Madeira, Péricles Pina e Tatiana Figueiredo.

Dando início ao primeiro momento da sessão, o Presidente da CICDR saudou e agradeceu a presença da Exma. Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, e da Exma. Senhora Secretária de Estado para a Igualdade e a Cidadania, Rosa Monteiro.

No uso da palavra, a Exma. Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva saudou o plenário, dando nota do agrado em reunir-se com a CICDR, com o intuito de conhecer as tendências e as principais questões recorrentes na temática da discriminação racial ou étnica, disponibilizando-se para ouvir os Conselheiros e Conselheiras, enquanto

representantes privilegiados das respetivas áreas de competência, e dar eco e continuidade às suas sugestões e propostas de melhoria, junto do Governo. Prosseguiu relevando o trabalho que tem sido feito na prevenção e combate à discriminação, referindo os progressos legislativos, entre outros, o reforço dos poderes da CICDR, e a aposta na formação, que contribuíram para o maior reconhecimento social destas questões e para o aumento do número de queixas, tornando visíveis as ferramentas ao dispor e incentivando o reporte das situações e a apresentação de queixa junto das entidades competentes.

Após a intervenção da Exma. Senhora Ministra, foi aberto um período de debate, em que os membros do plenário partilharam as suas opiniões e considerações.

Cedida a palavra ao Conselheiro José Falcão, este manifestou algumas preocupações, entre elas, o desejo de que a alteração legislativa tivesse aprofundado a criminalização do racismo, o custo da aquisição de documentos para a legalização das pessoas imigrantes e respetiva regularização da situação documental e a importância da imigração para resolver o problema demográfico.

A Conselheira Olga Mariano, no uso da palavra, destacou a importância da regularização do estatuto do mediador e abordou a questão da discriminação da comunidade cigana na educação, no sentido de se sinalizarem eventuais casos de segregação existentes nas escolas, de maneira a quebrar a barreira que começa logo na educação e dificulta a integração da comunidade cigana e em particular a sua inserção no mercado de trabalho.

O Conselheiro Manuel Correia, congratulando a presença e disponibilidade da Exma. Senhora Ministra para a temática, e referiu-se às questões de natureza legal, estruturais e culturais, reconhecendo a necessidade de melhoria contínua face aos progressos legislativos, relevando o papel das empresas, sindicatos e inspeções do trabalho para acompanhar o combate ao racismo, tanto na integração como na melhoria das condições de trabalho.

Cedida a palavra ao Conselheiro Macaísta Malheiros, este assinalou a dificuldade de acesso ao cartão de cidadão por parte das comunidades ciganas nómadas, devido à exigência da indicação de residência, sugerindo a revisão da legislação existente no sentido de ultrapassar este problema técnico.

No uso da palavra, a Conselheira Inocência Mata debruçou-se sobre três aspetos, nomeadamente a agilização da renovação de visto por parte dos estudantes universitários, em articulação com o SEF, o pedido de certificado de língua portuguesa a cidadãos africanos e dos PALOP para a aquisição de nacionalidade, e o reforço do investimento na formação de professores, em particular dos que lidam com crianças e jovens das periferias, minorias e crianças com carências económicas, ao nível do ensino básico e secundário, em articulação com o Ministério de Educação.

O Conselheiro Pedro Abrantes destacou alguns desenvolvimentos ocorridos na área da educação, concretamente o trabalho desenvolvido pela ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional em conjunto com o ACM, I.P. para a integração da qualificação de mediador no catálogo nacional de qualificações, a salvaguarda de heterogeneidade na constituição de turmas e nas escolas, prosseguida através de alterações legislativas recentes e da cooperação entre várias entidades, incluindo a sociedade civil, e a aposta na formação de professores, para a qual tem contribuído o reforço dos centros de formação, o descongelamento das carreiras dos professores e a própria Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Seguiu-se a intervenção da Conselheira Mariana Bettencourt que reconheceu e congratulou a organização e o trabalho desenvolvido pela Comissão, agradecendo a presença da Exma. Senhora Ministra e da Senhora Secretária de Estado. Prosseguiu registando a evolução positiva da legislação, ressaltando a necessidade da sua aplicação efetiva e fiscalização. Destacou ainda o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional da Madeira junto da comunidade escolar e na promoção da integração da comunidade cigana.

O Conselheiro Miguel Barros, no uso da palavra, deu conta da necessidade de reflexão aprofundada sobre as questões da discriminação e racismo, enquadrando-os não apenas na sua dimensão social e antropológica, mas também na sua dimensão institucional, que tem reflexo na fraca expressão das minorias em Portugal, instituindo medidas proactivas para corrigir situações de discriminação e apoiando a recolha de informação mais detalhada, nomeadamente a partir dos Censos.

A Conselheira Emília Cerqueira assinalou a preocupação partilhada por todos os agentes políticos com as questões do racismo, xenofobia e discriminação racial e étnica, reforçou a necessidade de efetivação no terreno da legislação já existente e de aposta na sensibilização, para, entre outros, combater o discurso populista.

Por último, o Conselheiro José Falcão salientou a importância da alteração dos currículos escolares, numa abordagem mais transversal dos direitos humanos, contemplando a diversidade e multiculturalidade da população portuguesa.

Findo o debate, a Exma. Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva agradeceu os comentários e contributos recebidos dos membros do plenário, respeitantes à área da cidadania e igualdade e também a outras matérias inseridas no âmbito do Ministério da Presidência, sob a sua tutela, respondendo às questões levantadas. Globalmente, saudou as melhorias a que se tem assistido nas áreas da educação, saúde e organização dos serviços públicos em geral, combatendo as barreiras administrativas e burocráticas na concretização de direitos fundamentais e no acesso aos serviços públicos. No que respeita à educação, reiterou a importância de melhorar as condições de fixação e estabilidade dos professores nas escolas das periferias, favorecendo a melhoria contínua

do trabalho desenvolvido no combate às desigualdades e integração, elogiou o levantamento efetuado pelo Ministério da Educação sobre o “Perfil Escolar da Comunidade Cigana” e reforçou a importância de trabalhar a igualdade no acesso ao ensino superior. Na área da habitação, salientou o “Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1.º Direito”, como resposta ao direito social de acesso a habitação condigna.

A Exma. Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva concluiu, sublinhando o papel fundamental da Comissão e dos seus representantes para fazer a ponte com as respetivas áreas de intervenção, conferindo visibilidade aos problemas, procurando antecipar e trabalhar em conjunto para a sua boa resolução. Ausentou-se da reunião despedindo-se do plenário, agradecendo a oportunidade e mostrando-se disponível para permanecer em contacto estreito com a Comissão.

Concluída a primeira parte, pelas doze horas e trinta minutos, dando cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 7.º do Regulamento Interno da CICDR, o Presidente deu início aos trabalhos do plenário, procedendo ao enquadramento dos pontos previstos na ordem de trabalhos, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

Prosseguindo com os trabalhos, teve lugar a tomada de posse da Conselheira Miriam Gonzaga, na qualidade de representante do membro do governo da área da saúde, e da Conselheira Lisete Rodrigues, na qualidade de representante do membro do governo da área da cultura, nos termos e com base nos critérios definidos no artigo 7.º da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, conferida pelo Alto-Comissário para as Migrações e Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.

Em cumprimento do terceiro ponto da agenda, o Presidente colocou à consideração a aprovação da ata da última reunião plenária, ocorrida em 18 de março de 2019, aos/às Conselheiros/as nela presentes, contemplando sugestões de redação assinaladas, que foram aceites por todos, tendo sido aprovada por unanimidade, mediante a alteração da ordem dos parágrafos e o aditamento de uma frase no ponto relativo à eleição do membro suplente da CP da CICDR, no sentido de esclarecer as posições assumidas pelos/as Conselheiros/as.

Prosseguindo para o quarto ponto da ordem de trabalhos, o Presidente agradeceu a presença e disponibilidade do Ministério da Educação e da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), representados respetivamente pelo Conselheiro da CICDR Pedro Abrantes e pelo Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Luís Capela, para debater o

tema “Políticas públicas para a promoção da igualdade e combate à discriminação racial e étnica, na área da Educação”.

Cedida a palavra ao Conselheiro Pedro Abrantes, este começou por agradecer a oportunidade de aprofundar o tema da educação no seio da Comissão, focando a sua apresentação em três vertentes: por um lado, o conhecimento da realidade, através da produção cada vez mais ampla e sofisticada de estatísticas sobre o sistema educativo português, e de formas de avaliação e monitorização mais inclusivas, tanto ao nível nacional como internacional; por outro lado, o desenvolvimento de uma matriz curricular e de intervenção educativa mais inclusiva e respeitadora da diversidade, através de um conjunto de referenciais, destacando o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, demonstrando o investimento de recursos significativos na operacionalização através de programas específicos tendentes à promoção do sucesso escolar, à formação contínua de professores, à redução de desigualdades e melhoria das oportunidades e condições de acesso à educação por parte de toda a população, sobretudo da que se encontra em situação mais vulnerável; por último, forneceu alguns exemplos concretos de intervenção, entre eles a melhoria da legislação relativamente às matrículas e à organização dos grupos e turmas, e a revisão dos critérios de aprovação dos manuais escolares.

Proseguiu o Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Luís Capela, que agradeceu o convite, versando a sua apresentação sobre as competências e formas de intervenção específicas da IGEC nos diferentes níveis de ensino, com o objetivo transversal de promover a qualidade do ensino e a inclusão de todos e de cada um, promovendo uma cultura de participação da comunidade educativa. Na vertente preventiva, deu conta das atividades planeadas de acompanhamento, controlo e auditoria levadas a cabo de forma sistemática e em permanência nas escolas, dando exemplos de projetos desenvolvidos com enfoque em temas específicos, designadamente referiu o projeto-piloto de Educação Patrimonial, integrado na Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas. Por último, na vertente inspetiva, explicitou os procedimentos de averiguação de queixas e participações submetidas à IGEC sobre situações de diversa ordem, incluindo alegações de eventuais práticas discriminatórias com base na nacionalidade, origem racial ou étnica, demonstrando a tramitação das situações reportadas em 2018 e 2019.

Após as apresentações, em complemento da contextualização da temática na Educação, o Presidente sublinhou a existência da “Rede de Escolas para a Educação Intercultural”, projeto conjunto entre o ACM, I.P., o Ministério da Educação, a Direção-Geral da Educação e a Fundação Aga Khan Portugal, nascido em 2015 e que incluía à data 120 escolas em todo o país, prevendo-se o crescimento de cerca de 60 escolas por ano, atuando em 3 dimensões: currículo e conteúdo programático, ambiente escolar e a ligação da escola à comunidade.

Iniciado o período de debate, foi cedida a palavra de acordo com a ordem de inscrição, aos/às Conselheiros/as José Falcão, Mariana Bettencourt, Miguel Barros, Macaísta Malheiros, Emília Cerqueira, Pedro Neto, Maria Dulce Arrojado e Helena Leal, cujas intervenções foram no sentido de verem esclarecidos alguns dos dados apresentados, prontamente esclarecidos.

Concluído o debate, o Presidente renovou o agradecimento pela presença e partilha de informação por parte dos representantes da área da educação e da IGEC e, atendendo à hora, sugeriu a continuação dos trabalhos pelo período de almoço, em formato almoço de trabalho.

Em cumprimento do sexto ponto da agenda, o Presidente cedeu a palavra ao Secretariado que procedeu à apresentação genérica das queixas recebidas entre 1 de janeiro e 30 abril de 2019, dando conta das principais tendências estatísticas do primeiro quadrimestre, evidenciando o aumento continuado do volume de queixas recebidas pela CICDR, que duplicou face ao período homólogo do ano anterior, disponibilizando-se para analisar em maior detalhe as queixas recebidas desde o início do ano.

Após a apresentação, foi cedida a palavra aos/às Conselheiros/as Mariana Bettencourt, Emília Cerqueira, José Falcão, Miriam Gonzaga, Pedro Neto, Miguel Barros, Inocência Mata, Paula Moura, por ordem de inscrição, que solicitaram esclarecimentos sobre os dados apresentados, tendo sido prontamente esclarecidos. Foi igualmente manifestada a disponibilidade dos/as Conselheiros/as para articular com as respetivas áreas de competência as questões específicas decorrentes das queixas discutidas nas reuniões, sugerindo-se, em paralelo, o reforço da aposta na sensibilização, comunicação e divulgação da existência da CICDR e do seu papel no combate ao racismo e xenofobia, sobretudo junto de populações minoritárias, aproveitando-se, entre outras ferramentas, o Programa Escolhas, incentivando ao exercício do direito de queixa ou denúncia por parte de vítimas e terceiros.

O Presidente, considerando pertinentes as sugestões, assinalou a pressão decorrente do aumento do volume de queixas, que, a manter-se, justificará o reforço dos recursos, garantindo a prossecução das competências da Comissão.

Prosseguindo com a ordem de trabalhos prevista, relativamente ao ponto sétimo, o Secretariado apresentou os cinco casos paradigmáticos, previamente identificados e comunicados com a convocatória, tendo sido comentados pelo plenário à medida que foram apresentados.

O primeiro caso dizia respeito a um anúncio de arrendamento de um imóvel para habitação publicado na internet, condicionado à titularidade de nacionalidade portuguesa, e que teve a particularidade de ser o primeiro de dois

casos tramitados pela CICDR em que teve lugar o pagamento voluntário da coima por parte do arguido, pelo valor mínimo legal, prescindido da apresentação de defesa, no âmbito de um processo de contraordenação.

O segundo caso relacionou-se com uma situação ocorrida durante uma consulta num hospital, em que o paciente alegadamente se dirigiu ao médico de forma ofensiva, suscetível de consubstanciar a prática de crime, utilizando uma expressão discriminatória em razão da cor da pele, tendo a particularidade de se assistir neste caso uma inversão quanto à habitual autoria das práticas, no sentido em que a alegada vítima foi o prestador do serviço e o alegado autor das práticas foi o utente.

O terceiro caso resultou de uma denúncia relativa a uma iniciativa em contexto universitário, decorrente da prestação de serviços de uma entidade externa, muito mediatizada, em que parecia resultar uma forma de incitamento à violência em razão da cor da pele, posteriormente afastada nas diligências encetadas pela CICDR.

O quarto caso prendeu-se com uma situação ocorrida numa rede social, em que um utilizador alegadamente publicou na respetiva página conteúdos discriminatórios suscetíveis de ofender a comunidade cigana e pessoas imigrantes, podendo consubstanciar a prática de crime, tendo-se assistido a uma rápida cooperação com a Linha Alerta Internet Segura, tendente ao bloqueio dos conteúdos e a monitorização de futuras publicações na vertente preventiva.

O quinto caso referia-se a um pedido de informação dirigido à CICDR, acerca dos procedimentos das juntas de freguesia para a emissão de atestados de residência a imigrantes quando estes não disponham de autorização de residência, revelando-se como outra das formas de intervenção da Comissão para além do processo contraordenacional resultante da averiguação de queixa. No caso em concreto, os esclarecimentos prestados pela CICDR à entidade resultaram no esclarecimento da interpretação das normas aplicáveis á emissão de atestados de residência a cidadãos estrangeiros, nomeadamente da aplicação subsidiária dos requisitos, tendo sido acolhida a posição fundamentada da CICDR pela entidade sindicada e conseqüentemente alterado o entendimento na atribuição dos atestados de residência nesse sentido.

Avançando para o último ponto da agenda prevista, relativo a Outros Assuntos de interesse relevante, o Presidente deu nota do convite dirigido pelo *Facebook* ao ACM, I.P., para integrar o seu Conselho Consultivo a nível internacional, passando a poder acompanhar e a tecer pronúncia relativamente às políticas de monitorização e controlo de discursos discriminatórios naquela plataforma digital, destacando também as duas ações conjuntas de formação, previstas para os dias 15 e 16 de julho, em Lisboa e no Porto, focadas no combate ao discurso de ódio *online* e divulgação de mecanismos de reporte.

Por fim, a reunião plenária seguinte ficou agendada para o dia 16 de setembro de 2019, a decorrer no mesmo formato em local a confirmar, eventualmente descentralizado, e duração prevista de um dia completo.

Nada mais havendo a acrescentar, pelas 15:00h a reunião foi declarada encerrada pelo Presidente da CICDR, que terminou agradecendo a presença e os contributos de todos e todas.

Lisboa, 17 de junho de 2019.

Pedro Calado